

## Comer o bolo e continuar a tê-lo

Luís Araújo

Entre a execução de uma coisa aterradora e o primeiro movimento, o intervalo é como um fantasma ou um sonho horrível.  
Bruto, Acto II, cena 1



*A Tragédia de Júlio César* é uma peça sobre pessoas que cometem erros, erros custosos, para si próprios e para o seu país. Ninguém nesta peça escapa a interpretações erradas, decisões erradas e erros de cálculo. Ser governado por César significa a total submissão a um autocrata implacável, capaz dos piores castigos. Porém, ser governado pelos homens que o matam significa a total sujeição às vontades de homens corruptos e auto-centrados, cujo slogan “liberdade” se refere exclusivamente à própria liberdade de acção e à ausência de consequências para os seus actos. Imediatamente depois de assassinarem César, Cássio diz: “Por quantos séculos irá esta nossa cena heróica ser representada, em países por nascer e línguas ainda ignoradas.”

Este jogo auto-referencial remete-nos para os assassínios que marcaram a nossa história política: Marat, Lincoln, Trotsky, Mahatma e Indira Gandhi, Kennedy, Martin Luther King, Anwar Al Sadat, Saddam Hussein, Kadafi, entre tantos outros. Continuamos ainda a sacrificar inutilmente pessoas no altar das ideologias. Vezes sem conta, homens de *slogans* e ambição seduzem e iludem milhões de pessoas com retórica hipócrita. Repetidamente, violência gera mais violência. Ciclicamente, somos levados a achar que os fins justificam os meios. Talvez por isso esta peça aparente ser tão radicalmente irónica e me seja tão difícil levar as suas personagens a sério: vemos energias a serem viradas contra si próprias, quedas directamente relacionadas com aspirações e limitações enfatizadas por potencialidades.

Em *A Coragem da Verdade*, Michel Foucault debruça-se sobre a importância do falar em público e discorre sobre a parrésia, que designa a coragem de se dizer a verdade, de se falar com franqueza, expor tudo. Contudo, nesta peça, o falar não é simplesmente um modo de tornar a personagem visível. O discurso é a própria acção interior das personagens, os seus conflitos e as suas escolhas. Perante isto, o leitor/espectador vê-se obrigado a tecer a sua própria narrativa, não só pelo que é dito em público, mas sobretudo pelo que é feito em privado.

Foram estas possibilidades que me atiraram para este texto: a de um teatro vazio de actores, a da cisão na forma como se acede ao que é público e ao que é privado, a da exposição do que é feito por uns enquanto acontece o que é dito por outros, oscilando entre a relevância do que acontece em palco e do que acontece em bastidores. Traça-se assim uma ligação directa entre o real e o ficcionado, o actor e a personagem, a política e a cultura.

A apropriação do bastidor do teatro é também uma forma de falar de nós usando o enfrentamento com o outro, uma tentativa de encontrar os recursos possíveis de aproximação e de distanciamento entre as partes.

Precisamos – eu preciso – de tempo para fazer sentido do mundo e o problema com o tempo é sempre a aparente falta dele. E, talvez por causa disso, transformamos a complexidade do mundo numa sofreguidão binária.

Hegel disse que a história se repete, Marx acrescentou que se repetia a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa, e eu dou-me conta de que, neste momento, é já um meme. Há mais morte na história do que carne no corpo.

É possível que aprenda, é possível que ganhe, é provável que perca.

*Texto escrito de acordo com a antiga ortografia.*



# A Tragédia de Júlio César

de  
William Shakespeare  
tradução  
Fernando Villas-Boas

encenação e dramaturgia  
Luís Araújo  
assistência de encenação  
Manuel Tur  
cenografia  
F. Ribeiro  
desenho de luz  
Nuno Meira  
vídeo  
Joana Soares  
Nuno Marques  
com a colaboração de  
Tiago Guedes  
sonoplastia  
Pedro Augusto  
figurinos  
Nelson Vieira  
apoio dramático  
Miguel Cruz  
mistura de vídeo em cena  
Fábio Coelho  
Fernando Costa  
fotografia e design  
Sara Pazos  
direção de produção  
José Luís Ferreira

interpretação  
Ana Brandão  
Ana Margarida Mendes  
Ana Pinheiro  
Carolina Rocha  
Diana Sá  
Gonçalo Fonseca  
Jorge Mota  
Luís Araújo  
Maria Inês Peixoto  
Miguel Damiano  
Nuno Preto  
Pedro Almendra  
Rafaela Sá  
com a participação de  
Maria Leite

vídeo  
realização  
Luís Araújo  
Tiago Guedes  
assistência de realização  
Joana Soares  
Manuel Tur  
direção de fotografia  
Nuno Marques  
direção de som  
Sérgio Silva  
perche  
Vasco Pucarinho  
Pedro Marinho  
anotação  
Miguel Cruz  
assistência de produção  
Ana Fernandes  
Ana Margarida Mendes  
Ana Pinheiro  
montagem  
Joana Soares  
cor  
Nuno Marques  
mistura de som  
Pedro Augusto

coprodução  
Ao Cabo Teatro  
São Luiz Teatro Municipal  
TNSJ

estreia

dur. aprox. 2:40 com intervalo  
M/12 anos

Espectáculo em língua portuguesa,  
legendado em inglês.

Conversa pós-espetáculo  
18 out  
Língua Gestual Portuguesa  
20 out dom 16:00

Teatro Nacional São João  
11-20 outubro 2019  
qua+sáb 19:00 qui+sex 21:00 dom 16:00



## Poder ao Povo?

Mark Colyvan & Brian Hedden\*

A maioria de nós deposita grande confiança na democracia. Esta confiança é tal que, quando os processos democráticos produzem maus resultados (como muitos acreditam ter ocorrido nas eleições norte-americanas de 2016 ou no referendo do *Brexit*), tendemos a perguntar-nos o que correu mal e a procurar explicações, em vez de questionarmos a própria democracia.

Porquê esta confiança na democracia? Uma opinião muito difundida é que a governação democrática dá poder ao povo e, desse modo, promulga medidas e decisões políticas que representam “a vontade do povo”. Contudo, esta convicção é fortemente contestada pela matemática dos sistemas de voto. A ideia da vontade do povo faz sentido quando as pessoas estão de acordo umas com as outras – mas o que acontece quando entram em desacordo? Tipicamente, os desacordos são resolvidos mediante votação. Mas existem muitos sistemas de voto diferentes, que – em teoria e na prática – podem conduzir a resultados igualmente diferentes. Além disso, não é possível identificar este ou aquele sistema eleitoral como o sistema certo.

Começemos pela regra da maioria, em que um candidato ou um programa político vencerá a eleição se a maioria dos votantes escolher esse candidato ou programa. Este sistema funciona sem qualquer problema quando há apenas duas opções. Porém, quando há mais do que duas, o sistema pode não produzir qualquer resultado, já que existe a possibilidade de nenhuma das opções obter a maioria dos votos. Pior ainda: em certos casos, a opção maioritária (quando existe) não corresponde ao resultado certo ou justo, já que não toma em linha de conta a força relativa das preferências dos votantes. Considere-se o exemplo de três amigos que tentam decidir o filme que vão ver no âmbito de um festival de cinema. Dois deles têm uma ligeira preferência por *O Regresso dos Mortos-Vivos* de George Romero, se bem que assistir ao *Blade Runner* de Ridley Scott também lhes agradasse bastante. O terceiro amigo tem uma forte preferência pelo *Blade Runner* e não suporta filmes de *zombies* como o de Romero. Neste caso, claramente,

o resultado mais justo seria optarem pelo filme de Ridley Scott, embora o de George Romero seja a primeira escolha da maioria.

Se quisermos tomar em consideração todas as preferências – e não apenas a primeira preferência –, as coisas complicam-se bastante. Considere-se o caso de sete pessoas a tentar decidir entre três opções – A, B e C. Três dessas pessoas votam (por ordem decrescente de preferência) A – B – C; outras duas votam B – A – C; e as restantes duas C – B – A. De acordo com um dos métodos de contagem de votos – a chamada “regra da pluralidade” ou da “maioria simples” –, a opção vencedora será aquela que for escolhida em primeiro lugar pelo maior número de votantes. No nosso exemplo, a opção vencedora pela regra da pluralidade é a A, já que é escolhida em primeiro lugar por três votantes, enquanto a B e a C são escolhidas em primeiro lugar por dois votantes apenas. Mas uma clara maioria (quatro para três) prefere a opção B à opção A. Qual é, pois, a vontade do povo?

Ter em conta as plenas preferências dos votantes, como nos sistemas de “votação preferencial”, pode produzir ainda mais dificuldades. Temos, por exemplo, o chamado paradoxo de Condorcet. Considerem-se três votantes que exprimem as suas preferências em relação a três opções – A, B e C. O votante 1 prefere A a B, e B a C; o votante 2 prefere B a C e C a A; e o votante 3 prefere C a A e A a B. Neste caso, o problema é que o grupo parece ter preferências irracionais. No fim de contas, se A é preferido a B, e B é preferido a C, o razoável é que A seja preferido a C. Porém, numa maioria de 3 para 2 em cada caso, o grupo prefere A a B e B a C, mas também prefere C a A. Os votantes individuais são racionais, mas o eleitorado no seu conjunto (pelo menos de acordo com este sistema de voto) é irracional.

Acabámos de referir apenas alguns sistemas de votação simples, mas existem centenas de outros. A primeira vista, todos eles parecem ser igualmente razoáveis – no entanto, podem produzir resultados diferentes. Qual deles devemos escolher?

Estabeleçamos algumas condições relativamente ao que consideramos um modo justo de agregar preferências individuais:

1. A classificação social única deve ser possível para qualquer conjunto de preferências individuais (a condição do “domínio irrestrito”);

2. Se todos os votantes preferirem A a B, então a classificação social prefere A a B (a condição de “unanimidade”);

3. A classificação social relativamente a A e B deverá depender apenas das classificações individuais de A e B, e não do modo como os indivíduos classificam A e B relativamente a uma qualquer terceira opção C (a condição de “independência de alternativas irrelevantes”);

4. Não deverá existir um votante individual cuja classificação seja sempre igual à classificação social (a condição “anti-ditatorial”).

Estas condições parecem muito razoáveis. Surpreendentemente, porém, nenhum sistema eleitoral logra satisfazê-las a todas. Este resultado notável foi matematicamente provado pelo vencedor do Nobel, Kenneth Arrow (1921-2017), em 1951. Ainda que o significado filosófico da descoberta de Arrow permaneça aberto a debate, parece sugerir que não existe um sistema eleitoral perfeito e capaz de refletir verdadeiramente a “vontade do povo”. De facto, num certo sentido, a “vontade do povo” é coisa que não existe.

Evidentemente, a democracia tem muitas qualidades positivas. Por exemplo, pode proteger-nos contra a governação de elites corruptas, produzir melhores resultados económicos, evitar guerras e fomes, e fazer com que os cidadãos se sintam envolvidos e parte integrante de uma sociedade interconectada. Contudo, a matemática dos sistemas de voto sugere que a democracia não significa que as políticas reflitam a vontade do povo, pelo menos de forma direta. E se a vontade do povo não for razoável, por que razão haveríamos de entregar o poder ao povo?

\* In *New Philosopher*, 30 de agosto de 2018.  
Mark Colyvan é Professor de Filosofia na Universidade de Sydney e Humboldt Fellow do Centro de Filosofia Matemática da Universidade Ludwig-Maximilians, Munique. Brian Hedden é Professor Associado de Filosofia da Universidade de Sydney.  
Trad. Rui Pires Cabral.

## Porque são tão estúpidas as nossas elites?

Miguel Ángel Quintana Paz\*



Se pedíssemos a uma dezena de analistas que destacassem as cinco ou seis principais características da nossa época, é quase certo que poucos esqueceriam a seguinte: a crescente desconfiança que, como uma enorme cunha, afasta as nossas elites do resto da população. Isto inclui as elites políticas, claro está, mas também as elites económicas ou intelectuais (quando não são as mesmas).

Trata-se, ademais, de uma apreensão que circula em sentido duplo, como puderam comprovar há três anos Jennifer Bachner e Benjamin Ginsberg num estudo extremamente revelador (*What Washington Gets Wrong*). Os autores mostravam aqui o pouco que a grande maioria dos burocratas e assessores políticos de Washington confiava no resto dos seus concidadãos. Estes dados

são relevantes porque essa cidade congrega não apenas a fina flor e a nata da classe política, mas também a da economia norte-americana: os três condados que registam a mais elevada média de rendimentos situam-se nos arredores de Washington. Mais de 70% dos entrevistados por Bachner e Ginsberg consideravam, por exemplo, que o povo nada sabia sobre medidas de auxílio à pobreza, ou sobre ciência e tecnologia, pelo que as suas opiniões não deveriam ser tidas em conta durante a conceção de políticas. Apenas 6% daqueles que elaboravam leis e programas federais acreditavam que os eleitores sabiam bastante, pelo menos em alguma área específica; para todos os outros, os cidadãos comuns não passavam de ignorantes, que deviam ser orientados e dirigidos, mas não escutados.

A toda esta desconfiança das elites em relação ao povo responde este com igual difidência. Estou certo de que o leitor já terá ouvido muitas vezes – talvez até dentro da sua própria cabeça – a pergunta que os ricos defendem ideias cada vez mais disparatadas, de que uns e outros se encontram cada vez mais longe do mero senso comum? Creio que existem pelo menos três fatores que podem ajudar-nos a explicar o problema. Um destes tem que ver com o prestígio social; o outro, com a educação; e o terceiro, com um curioso fenómeno económico recentemente descoberto. Detenhamo-nos um pouco sobre cada um deles.

**1. O prestígio das ideias estúpidas**  
Entre os aspetos mais atraentes da pertença a uma elite é podermos mostrar claramente aos outros que fazemos parte dela. Nós, os seres humanos, somos assim: valorizamos o prazer de conduzir o nosso Maserati, mas também nos agrada que os outros vejam que temos poder ou euros suficientes para adquirir semelhante carro.

Tradicionalmente, existia um tal abismo entre o que o cume da pirâmide social podia desfrutar e o que sobrara para o resto da população que não nos era difícil apresentar sinais de pertença à elite. Refiro-me aos chamados “símbolos de *status*”. Hoje, embora as diferenças de poder ou de riqueza permaneçam (e tenham até aumentado), tornou-se muito mais complicado exibir pertença todos que fomos bafejados pela sorte. Qualquer membro da classe média pode alugar por uns dias o já citado Maserati. Multidões de assalariados comuns podem viajar para algum destino recôndito do planeta e publicar no Instagram a piscina e o *cocktail* com que os locais os brindaram. No campo da moda, as coisas são talvez ainda mais evidentes: já não é a Zara a imitar melhor ou pior (mas a um preço muito mais módico) os últimos modelos do prestigiado *designer* de moda Fulano de Tal; é Fulano de Tal que passou a imitar os modelos mais bem-sucedidos da Zara.

Perante estas adversidades, como reagiram as elites? A este propósito, Rob Henderson, da Universidade de Cambridge, defendeu recentemente uma ideia original. Uma vez que os artigos de luxo perderam eficácia enquanto sinais de distinção, as nossas elites começaram a adquirir “opinões de luxo”. Ou seja, opiniões às quais podemos permitir-nos ser formos muito ricos ou muito poderosos, mas não se nos calhou em sorte um tipo de existência mais convencional.

Vejámos um exemplo tomado de Christophe Guilluy: imaginemos que és um alto executivo com um excelente salário e residência nos Campos Elísios parisienses. Na tua opinião, o crescente influxo de imigrantes em França significa apenas que dispões de mais mão de obra para te entregar ainda mais rapidamente do que antes os produtos que encomendaste ao supermercado. Ou que há um maior número de empregadas domésticas

(e a um preço possivelmente mais baixo) que se encarregarão de limpar o teu duplex de 500 metros quadrados ou de cuidar dos teus filhos enquanto jogas *quash*. Mas nem nos *courts* dessa modalidade desportiva, nem no teu trabalho, nem entre os teus vizinhos estabelecerás muito mais contacto com imigrantes. Assim, a tua opinião favorável aos mesmos tenderá a ser muito diferente da de um membro daquilo a que Guilluy chama a “França periférica” –, ou seja, aqueles que sofrem as consequências de começarem a competir com mão de obra muito mais barata; ou de que uma cultura diferente comece a ser maioritária no seu bairro; ou de que baixe o nível de vida da sua cidade dormitório.

As “opinões de luxo” são, por conseguinte, um objeto exclusivo que torna manifesto o facto de que podes permitir-te sustentá-las graças ao grau de sucesso que alcançaste na vida. Quando as defences, não estás apenas a exibir perante os outros a tua virtude (algo a que James Bartholomew chamou “virtue signalling”), como também a tornar-lhes muito difícil a ascensão ao mesmo estatuto. Quem pode permitir-se, por exemplo, desvalorizar o casamento e a família, como costumam fazer as nossas elites, tendo em conta o elevado preço que essas ideias tiveram para as classes baixas (o número de nascimentos fora do casamento multiplicou-se por dez desde 1960, e ser mãe solteira é atualmente um dos fatores que mais agravam o risco de pobreza nos EUA)? Porém, como assinalou Henderson, essas ideias são praticamente grátis para os próprios ricos que as promovem (entre as classes altas, os números correspondentes continuam a ser idênticos ao que eram há sessenta anos). O desprezo pela religião ou pelo esforço pessoal são outras das “opinões de luxo” que, de acordo com Henderson, se revelam fáceis de sustentar quando se possui uma muito confortável conta bancária, mas que resultam muito mais onerosas quando se tem de enfrentar mil e um obstáculos para ganhar a vida.

Por tudo isto, é previsível que no futuro continuem a triunfar as “ideias de luxo” que a nossa elite faz questão de baixar; enquanto os outros, olhando de lado, se espantam que alguém possa dizer coisas

tão néscias, cego a quaisquer possíveis consequências negativas. (Na realidade, não estamos a lidar com cegos, mas com míopes: gente que não consegue enxergar além da porta de serviço através da qual lhe entregaram a última *pizza*.)

**2. Uma educação cada vez menos plural**  
Entre as coisas que habitualmente distinguem as elites do povo comum está a educação. Quanto mais cara, maior a distinção. Ora bem, como estão a ser formadas as nossas elites? Todos os dados coincidem: na educação universitária, a maioria de professores de esquerda sobre os centristas e os de direita é cada vez mais esmagadora. Nos Estados Unidos, em 2016-2017 (os últimos dados publicados), manteve-se a marca de cinco professores de esquerda para cada um de direita. Nas disciplinas sociais ou humanísticas (as que mais se relacionam com a ideologia), essa proporção revela-se ainda mais elevada. Entre os psicólogos sociais, por exemplo, o rácio é de 11 para 1.

Em tempos como os nossos, em que muitos manifestam preocupação pela ausência nas universidades de mulheres, ou de certas etnias, línguas ou orientações sexuais, já que isto revelaria uma condenável “falta de diversidade”, é surpreendente que esta outra falta de pluralidade persista sem suscitar demasiados protestos. Sobretudo porque se trata aqui da diversidade de ideias, que deveriam ser particularmente valorizadas em ambientes intelectuais. Se nas nossas faculdades são cada vez mais raros aqueles que questionam a imensa maioria dos docentes; se há menos debate entre perspetivas contrárias; se não se ensina a escolher entre pontos de vista diferentes; então o resultado só pode ser uma educação pior, mais parcial, mais surda a muitos dos problemas dos nossos tempos. Em duas palavras: mais estúpida.

É certo que a Universidade, sobretudo em Espanha, não é coutada exclusiva das elites; mas quando consideramos a questão de uma perspetiva mundial, constatamos, sim, que muitos dos argumentos irracionais que nos chegam têm origem nas mais exclusivas e monocromáticas faculdades norte-americanas, hoje autênticos mananciais de idiotiez.

**3. Maiores rendimentos podem tornar-nos mais incompetentes**  
Se as nossas elites são um tanto tolas, não será por não ganharem dinheiro suficiente? De acordo com um ditado anglo-saxónico, se só pagas em amendoins, só arranjas trabalhadores entre os macacos. A qualidade não sai barata. Não se dará o caso de termos elites mal pagas? Será que devíamos aumentar (ainda mais) os seus rendimentos, de modo a que pudessem atrair membros mais talentosos? Por surpreendente que possa parecer, já houve ocasiões em que se defendeu este tipo de argumentos – por exemplo, em relação à classe política espanhola.

No entanto, recomenda-se algum ceticismo quanto a este assunto. Não é seguro que um aumento de salário resulte num aumento de competência. De facto, há provas de que uma remuneração demasiado alta pode conduzir a um pior rendimento por parte dos nossos dirigentes.

Em 2009, um grupo de especialistas em economia comportamental realizou uma experiência bastante esclarecedora. Os investigadores atribuíram uma série de tarefas intelectuais a dois grupos muito diferentes, um deles composto por estudantes norte-americanos e o outro por camponeses hindus. De seguida, procuraram comprovar se a sua capacidade de resolução das tarefas melhorava à medida que se aumentava a recompensa oferecida. O resultado foi muito matizado: verificou-se que aumentar o prémio só produzia melhores resultados no início, até um determinado limiar; a partir desse ponto, quando o pagamento começava a ser demasiado alto, os resultados pioravam. Tornavam-se mais estúpidos. Quando está em jogo uma quantia muito alta, a pressão que sofremos não é apenas uma experiência desagradável, como também nos estupidifica. Outros estudos tinham já apontado na mesma direção, e os mesmos resultados foram observados em grupos tão diversos como médicos, jogadores profissionais de basquetebol ou altos executivos. Assim sendo, talvez estivéssemos a fazer um favor às nossas elites se equacionássemos uma descida dos seus

rendimentos. Quem se importaria de perder uns quantos milhares de euros, se a contrapartida fosse deixar de ser tolo? E se a isto alíássemos uma universidade mais plural (como vimos no ponto 2) e a rejeição de todas as chamadas “opinões de luxo”, talvez, pouco a pouco, com a ajuda de todos, pudséssemos vencer essa sinuosa inimiga que nos ameaça: a insidiosa estupidez.

\* In *The Objective*, 29 de agosto de 2019.  
Miguel Ángel Quintana Paz é Professor de Ética e Filosofia na Universidade Europeia Miguel de Cervantes.  
Trad. Rui Pires Cabral.

ficha técnica TNSJ  
produção executiva Alexandra Novo,  
Maria do Céu Soares  
direção de palco Emanuel Pina  
adjunto do diretor de palco Filipe Silva  
direção de cena Ana Fernandes  
luz Filipe Pinheiro (coordenação),  
Adão Gonçalves, Alexandre Vieira,  
José Rodrigues, Nuno Gonçalves,  
Rui M. Simão  
maquinária Filipe Silva (coordenação),  
Adílio Pêra, António Quaresma,  
Carlos Barbosa, Joaquim Marques,  
Joel Santos, Jorge Silva,  
Lídio Pontes, Paulo Ferreira  
som António Bica  
vídeo Fernando Costa  
operação de legendagem Amarante Abramovici  
língua gestual portuguesa CTLIG – Serviços  
de Tradução e Interpretação de Língua  
Gestual, Lda.

apoios TNSJ

Câmara Municipal de Cascais, Associação de Pedras e Pedregais, STCP, Companhia de Portugal.

apoios à divulgação

Rádio Comercial, Rádio 1, Rádio 2, Rádio 3, Rádio 4, Rádio 5, Rádio 6, Rádio 7, Rádio 8, Rádio 9, Rádio 10, Rádio 11, Rádio 12, Rádio 13, Rádio 14, Rádio 15, Rádio 16, Rádio 17, Rádio 18, Rádio 19, Rádio 20, Rádio 21, Rádio 22, Rádio 23, Rádio 24, Rádio 25, Rádio 26, Rádio 27, Rádio 28, Rádio 29, Rádio 30, Rádio 31, Rádio 32, Rádio 33, Rádio 34, Rádio 35, Rádio 36, Rádio 37, Rádio 38, Rádio 39, Rádio 40, Rádio 41, Rádio 42, Rádio 43, Rádio 44, Rádio 45, Rádio 46, Rádio 47, Rádio 48, Rádio 49, Rádio 50, Rádio 51, Rádio 52, Rádio 53, Rádio 54, Rádio 55, Rádio 56, Rádio 57, Rádio 58, Rádio 59, Rádio 60, Rádio 61, Rádio 62, Rádio 63, Rádio 64, Rádio 65, Rádio 66, Rádio 67, Rádio 68, Rádio 69, Rádio 70, Rádio 71, Rádio 72, Rádio 73, Rádio 74, Rádio 75, Rádio 76, Rádio 77, Rádio 78, Rádio 79, Rádio 80, Rádio 81, Rádio 82, Rádio 83, Rádio 84, Rádio 85, Rádio 86, Rádio 87, Rádio 88, Rádio 89, Rádio 90, Rádio 91, Rádio 92, Rádio 93, Rádio 94, Rádio 95, Rádio 96, Rádio 97, Rádio 98, Rádio 99, Rádio 100.

agradecimentos TNSJ  
Câmara Municipal do Porto  
Polícia de Segurança Pública  
Mr. Piano/Pianos Rui Macedo

patrocínio Ao Cabo Teatro

apoios Ao Cabo Teatro

Interlimpe  
Adão Oculista

agradecimentos Ao Cabo Teatro  
Bruno Nogueira, José Tavares, Ricardo Cruz,  
João Castro, Elisa Silva, Joana Silva, Vera  
Nogueira, Maria Alice Araújo, Cândido Araújo,  
Sara Pazos, Sandra Machado, Mafalda Rebelo,  
Cimbalino Filmes, Ondina Leitão,  
Patrícia Araújo, Paula Dias, Sr. Macedo,  
Victor Barros, Victor Hugo Pontes,  
Nome Próprio, Helena Machado,  
ACE Familiarão, equipa do TNSJ.

Ao Cabo Teatro é uma estrutura financiada por

República Portuguesa, Artes, and other cultural institutions.

edição  
Departamento de Edições do TNSJ  
coordenação Fátima Castro Silva  
fotografia João Tuna  
design gráfico Dobra  
impressão Greca – Artes Gráficas, Lda.

Não é permitido filmar, gravar ou fotografar durante o espetáculo. O uso de telemóveis ou relógios com sinal sonoro é incómodo, tanto para os intérpretes como para os espectadores.